

CURSO DE FORMAÇÃO

É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE

A REPRESSÃO POLÍTICA AOS PROFESSORES
DA EPT EM PERÍODOS AUTORITÁRIOS



Dados da Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Paraná
Biblioteca do Campus Curitiba

C268 Cardozo, Cybelle Martins de Lara.
! É preciso estar atento e forte: a repressão política aos professores da
EPT em períodos autoritários / Cybelle Martins de Lara Cardozo ;
orientadora, Angélica Antonechen Colombo. - Curitiba: Instituto Federal
do Paraná, 2023. 63 p. : il. color.

E-book

1. Materialismo histórico. 2. Materialismo dialético. 3. Rede Federal de
Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). 4. Ensino
profissional. 5. Professores - Formação. 6. Ditadura. I. Colombo, Angélica
Antonechen. II. Institutos Federais, Programa de Pós-Graduação em
Educação Profissional e Tecnológica. III. ProfEPT. IV. Título.

CDD 23. ed. - 370

DESCRIÇÃO TÉCNICA

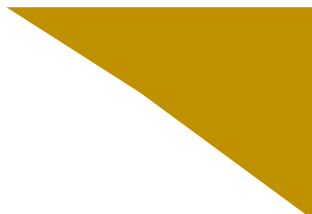
Público- alvo	Professores da EPT
Área do conhecimento	Ensino
Nível de ensino	Cursos Técnicos Integrados
Finalidade	Favorecer o processo de ensino-aprendizagem por meio de recursos educacionais, que tornem o aprendizado ativo e significativo com o auxílio deste material de fácil replicação
Licença de uso	Licença <i>Creative Commons</i> Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 4.0 Internacional
Divulgação	Meio digital
Endereço eletrônico	Site do ProfEPT/IFPR, na Plataforma EduCapes https://drive.google.com/drive/folders/1hHXsHxHi9zBNCJIRagGx1TLhpRUL27fL?usp=sharing
Idioma	Português
Cidade	Porto União
País	Brasil
Ano	2023
Origem do produto	Dissertação do Programa de Mestrado na Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFPR)
Projeto gráfico	Amanda Jorge de Souza e Cybelle Martins Cardozo
Autoria	Cybelle Martins de Lara Cardozo

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO TÉCNICA.....	3
SUMÁRIO.....	4
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E INFORMAÇÕES GERAIS.....	6
PÚBLICO-ALVO E OBJETIVOS	8
MÓDULO 1 - MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	12
VÍDEOS - MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	13
TEXTOS- MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO	14
ATIVIDADES- MATERIALISMO HISTÓRICO- DIALÉTICO.....	15
MÓDULO 2 - EPT E CAPITAL	16
VÍDEOS - EPT E CAPITAL	17
TEXTOS- EPT E CAPITAL	18
ATIVIDADES - EPT E CAPITAL.....	20
MÓDULO 3 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT.....	21
VÍDEOS - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT	22
TEXTOS- FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT	24
ATIVIDADES - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT	26
MÓDULO 4 - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA	27
VÍDEOS - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA	28
TEXTOS - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA.....	29
ATIVIDADES - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA ...	31
MÓDULO 5 - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES EM UNIÃO DA VITÓRIA	32
COERÇÃO E CONTROLE POLÍTICO-IDEOLÓGICO	33
VÍDEOS - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA ...	49
TEXTOS - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA...	51



ATIVIDADES - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA	53
MÓDULO 6 - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO	54
VÍDEOS - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO	57
TEXTOS - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO	58
ATIVIDADE FINAL	59
REFERÊNCIAS	60



ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E INFORMAÇÕES GERAIS

A formação docente da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), costuma ser aligeirada e excessivamente técnica, o que dificulta o estabelecimento de um debate teórico, político e social, que situe os docentes nos desafios de um processo claro de escalada de ameaças ao estado democrático de direito no Brasil.

Desta forma, é importante que, tenham contato com um conteúdo que os auxilie a refletir sobre a repressão em períodos autoritários.

A presente proposta de formação continuada, constitui um produto educacional desenvolvido a partir de uma pesquisa de mestrado feita para o programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

Esta pesquisa, teve sua motivação inicial, numa denúncia por doutrinação sofrida pela própria pesquisadora, do Campus IFPR-União da Vitória- PR.

Tal acusação, trouxe elementos, que rememoravam a ideia de subversão, conceito utilizado pela ditadura civil-militar (1964-1985), como justificativa para perseguir opositores do regime.

Partindo desta ideia, buscou-se investigar na dissertação em questão, como se deu a repressão política na EPT em tal período. Feito isso, chegou-se à conclusão de que seria importante trazer para uma formação continuada, elementos teóricos e documentais, que auxiliassem na compreensão do que foi este momento de autoritarismo no Brasil.

Além disso, julgou-se importante, promover também, uma reflexão sobre a atualização do autoritarismo na escola, utilizando para isso, o debate sobre as ações e discursos do atual Projeto Escola sem Partido (PESP).

O curso intitulado **"É preciso estar atento e forte: A repressão política aos professores da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil em períodos autoritários"**, foi inicialmente aplicado no Curso de Formação de Professores do Colégio Túlio de França, em União da Vitória, local onde trabalharam os professores investigados



nos documentos aqui apresentados, por meio de um encontro síncrono na plataforma *Google Meet*.

Nesta primeira apresentação, recebeu-se retornos positivos para a proposta, o que fez com que ela fosse atualizada, de forma a ampliar suas possibilidades de aplicação.

Contando agora com bibliografia, vídeos e uma apresentação em slides, a sequência didática aqui proposta está disponibilizada em uma pasta do Google Drive, no endereço: <https://drive.google.com/drive/folders/1hHXsHxHi9zBNCJIRagGx1TLhpRUL27fL?usp=sharing>, junto a documentação da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), utilizada no módulo sobre a ditadura em União da Vitória.

Com isso, acredita-se que os professores, principalmente, mas não só, da região do Contestado, poderão refletir sobre as consequências da ditadura na educação, bem como sobre a importância de estarem atentos e fortes na defesa de seu direito de ensinar criticamente, que para ser pleno, precisa acontecer, necessariamente, dentro de um estado democrático de direito.



PÚBLICO-ALVO E OBJETIVOS

O público-alvo para este curso, encontra-se primeiramente entre os professores da EPT, o que não exclui os docentes das outras modalidades.

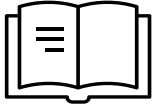
Objetivos gerais

Auxiliar na compreensão do caráter autocrático dos processos autoritários no Brasil, bem como na sensibilização para a resistência à repressão política a professores mediante projetos políticos e pedagógicos autoritários.

Objetivos específicos

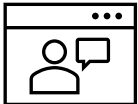
- ✓ Conhecer a discussão do Materialismo Histórico- Dialético sobre a formação do Estado e de seu caráter repressivo;
- ✓ Conhecer o debate sobre a função reprodutora ou emancipadora da EPT;
- ✓ Conhecer a discussão sobre a necessidade da práxis para a formação de professores segundo o Materialismo Histórico-Dialético;
- ✓ Conhecer a discussão de Florestan Fernandes sobre o papel da ditadura civil-militar na instauração da autocracia brasileira;
- ✓ Conhecer o caso da repressão sofrida pelos professores de União da Vitória durante a ditadura civil-militar;
- ✓ Entender o debate sobre o MESP e a atualização da repressão política a professores por meio deste movimento.

ESTRUTURA DA FORMAÇÃO



Leituras obrigatórias e links

Este material consiste em indicações de capítulos de leituras que visam auxiliar na compreensão dos conceitos abordados.



Vídeos

Este material consiste em indicações de vídeos que podem auxiliar na compreensão dos temas trabalhados.



Atividades

Nesta parte do módulo você terá propostas de atividades de pesquisa, que visam auxiliar na compreensão dos conceitos e das temáticas trabalhadas.

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá! É com muita alegria e esperança que lhes apresento este curso de formação continuada intitulado: É preciso estar atento e forte: A repressão política aos professores da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil em períodos autoritários.

Focando na questão da repressão política a professores da EPT, propomos neste material, uma sequência didática de 20 horas, que ao final, propiciará uma maior compreensão a respeito do projeto político autoritário da ditadura civil-militar e seu impacto na profissão docente.

No que tange aos dias de hoje, abordaremos aqui a tentativa de atualização do controle político ideológico na docência, representado pelas ideias do Projeto Escola sem Partido.

A seguir conheça os módulos do curso e a sugestão de duração para eles.



MÓDULOS

Módulo 1	Materialismo histórico-dialético	4 horas
-----------------	----------------------------------	---------

Módulo 2	EPT e capital	3 horas
-----------------	---------------	---------

Módulo 3	Formação de professores e o materialismo histórico-dialético	3 horas
-----------------	---	---------

Módulo 4	Ditadura civil-militar e instauração da autocracia	3 horas
-----------------	---	---------

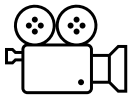
Módulo 5	Repressão política de professores em união da vitória	3 horas
-----------------	--	---------

Módulo 6	Projeto escola sem partido	3 horas
-----------------	----------------------------	---------



MÓDULO 1 - MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Ao final deste módulo você será capaz de compreender as principais ideias do materialismo histórico-dialético. Concebido pelos filósofos e pensadores políticos alemães, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), este arcabouço teórico-metodológico, concedeu grande importância ao estudo da existência concreta dos homens em sociedade, e na forma como produzem sua vida materialmente, através do trabalho.



VÍDEOS - MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este primeiro módulo sobre o materialismo histórico-dialético:

Saber em Foco: O que é Epistemologia?

Duração: 1min:31secs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=h3kTsCM93HY>

Sociologia Animada: Karl Marx - Materialismo Histórico-dialético

Duração: 3min: 58 secs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=pGUhM-i3PK0>

Sociologia Animada: Karl Marx - Luta de classes e mais- valia

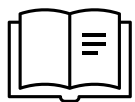
Duração: 3 min: 50 secs.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=8l6n_6NALY0

Tv Vermelho - Manifestoon dublado em português

Duração: 8 min: 21 secs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=b5p7S1vjX4o>



TEXTOS- MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Aqui estão algumas sugestões de textos para a compreensão dos conceitos deste primeiro módulo, sobre o materialismo histórico-dialético:

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf> . Acesso em 26/06/2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848. Porto Alegre: L&PM, 2009.



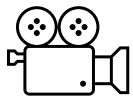
ATIVIDADES- MATERIALISMO HISTÓRICO- DIALÉTICO

- 1) Explique o motivo dos materialistas histórico-dialéticos realizarem suas análises a partir do processo do trabalho.
- 2) Explique, com suas palavras, como o Estado é formado a partir da desigualdade social?
- 3) Explique com suas palavras porque a luta de classes é o motor da história para os materialistas histórico-dialéticos?
- 4) Faça uma pesquisa no site do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), para descobrir qual deveria ser o valor real do salário-mínimo para o mês em que está estudando este módulo.
- 5) Depois de feita a pesquisa, explique com suas palavras o que é mais-valia para Marx.
- 6) Explique, com suas palavras, por que o Estado lança mão da repressão política sobre a classe trabalhadora?



MÓDULO 2 - EPT E CAPITAL

Como exemplo da concretização da utilização pela burguesia da educação para promover seus interesses em uma sociedade cindida em classes, temos o processo de constituição da EPT no Brasil. Ao final deste módulo você será capaz de compreender o debate sobre a relação da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com o capitalismo.



VÍDEOS - EPT E CAPITAL

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este segundo módulo sobre a EPT e o capital:

Bora Aprender - História e Política da Educação Profissional | PROFEPT

Duração: 8min: 55 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=mG02ylfkXEo&t=4s>

Mais IFMG – História EPT

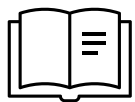
Duração: 14 min: 11 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=4t0a4QsJWR8&t=569s>

Grupo Nova Paideia - Editora Nova Paideia - Lançamento do livro "As bases conceituais na EPT"

Duração: 1 h: 15 min.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=7xOYlaHNPo0>



Aqui estão algumas sugestões de textos para este segundo módulo sobre EPT e capital:

BIF, O.; MALDANER, J.; RYTHOWEN M.; PASQUALLI R.: Educação e trabalho no país da mais valia: a EPT no contexto do movimento do capital no Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, SP. v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19033/16955> . Acesso em 18/04/2023.

CIASCA, M. SILVA. L. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n° 1, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677> . Acesso em 18/04/2023.

DALLABONA, C; FARINIUK, T. EPT NO BRASIL: HISTÓRICO, PANORAMA E PERSPECTIVAS. **Unisul**, Tubarão, v.10, n. Especial, p.46 -65, Jun /Dez2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/3899/2921> Acesso em: 18/04/2023.

FRIGOTTO, G. OLIVEIRA T.: As bases da EPT em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: **As bases conceituais na EPT** [livro eletrônico] / organização Cláudio Nei Nascimento da Silva, Daniele dos Santos Rosa. -- 1. ed. -- Brasília, DF: Grupo Nova Paideia, 2021. PDF. Cap.1, p.13-28. Disponível em: <http://ojs.novapaideia.org/index.php/editoranovapaideia/issue/view/12> Acesso em: 21/04/2023.



RAMOS, M. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A.C; SILVA, C.N.N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios** (org.). Brasília: Ed. IFB, 2017, p. 20-43. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9355> . Acesso em 18/04/2023.



ATIVIDADES - EPT E CAPITAL

- 1) Assista o vídeo "**RESUMO: História da Educação Profissional e Tecnológica**"

Duração: 14 min: 11 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=4t0a4QsJWR8>

- 2) Crie uma linha do tempo com os principais marcos históricos da EPT no Brasil.
- 3) Explique, com suas palavras, como funciona a influência do capitalismo na EPT do Brasil.
- 4) Explique por que os estudiosos da EPT no Brasil afirmam que há uma dualidade educacional em nosso sistema?

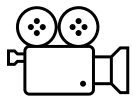


MÓDULO 3 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT

Neste módulo você será capaz de compreender o debate sobre a formação de professores. Uma formação de professores, pensada a partir do materialismo histórico-dialético, leva em conta, em primeiro lugar, a educação dentro da totalidade da realidade social, e que esta é formada a partir do trabalho e da produção concreta da vida.

A partir desta premissa, busca-se compreender o sistema educacional através de suas determinações mais gerais e essenciais, a saber, as classes sociais, sujeito fundamental da história para esta corrente metodológica.

Nesta linha de pensamento, CIAVATTA (2006), aponta ser de extrema importância que o professor entenda que produz sua vida não de modo individual, mas sim “junto com os demais. Sendo assim, é de extrema relevância olhar para o contexto sociopolítico e as bases filosóficas em que o saber é produzido, bem como os direitos humanos fundamentais que o garantem.



VÍDEOS - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este segundo módulo sobre a formação de professores para a EPT:

UFSC explica - Liberdade de cátedra

Duração: 6min:48 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=UpjoY6cWL8s>

Escola da câmara - O que é cidadania?

Duração: 4min:51 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=xFOJJ-fosys>

Vídeo animação - O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG

Duração: 9min:04 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg&t=381s>

Pacto Internacional Direitos Civis Políticos - Direitos Humanos - PM-BA - 04/05

Duração: 15 min

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZjEv1TgTkiQ>

Valeria Moncao Vasconcellos: Educação como práxis e as práticas pedagógicas

Duração: 4min: 05 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=lses9fiiXJI>

Café História TV - O conceito de "intelectual orgânico"

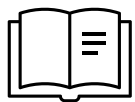
Duração: 4min:45secs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=QjsyjDgcfEU>

Prof. André Azevedo da Fonseca - Ensinar exige criticidade - Pedagogia da autonomia, de Paulo Freire

Duração: min:04 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=OTXx4lpzbgo&list=PL0k4OibqI6p6dqDjVkbxt-HwrtzzimNyn&index=9>



TEXTOS- FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT

Aqui estão algumas sugestões de textos para este terceiro módulo sobre a formação de professores na EPT:

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

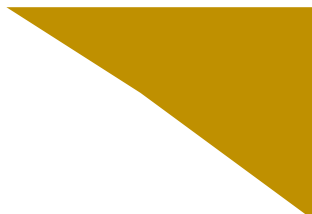
BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Promulgação. Decreto. Brasília, DF, 7 jul. 1992b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 14/06/2023.

CARVALHO et al. Formação docente na educação profissional e tecnológica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e430111133763, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33763/28573> . Acesso em 26/06/2023.

COSTA, M. 1969-**Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica: cenários contemporâneos** / Maria Adélia da Costa. - 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13638> . Acesso em 26/06/2023.

FERNANDES, F. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/ano/mes/42.pdf> . Acesso em 26/06/2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011



GHEDIN, E.; MACIEL, C. C. M. **A formação política do professor: um olhar sobre a história**. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA, [S. l.], v. 35, n. 75, 2021a. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/53523>. Acesso em: 6 jun. 2022.

MARTINS, M. **O professor como agente político**. Edições Loyola. São Paulo. 1984.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 14/06/2023.

SEMERARO, G. **Intelectuais, Educação e Escola**. Um estudo do Caderno 12 de Antônio Gramsci. Expressão Popular. São Paulo. 2021.



ATIVIDADES - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT

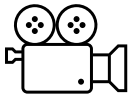
- 1) Explique, com suas palavras, o que é liberdade de cátedra e argumente sobre a importância dela para a educação.
- 2) De acordo com o que foi estudado neste módulo, explique como podemos pensar uma formação para a cidadania que leve em conta o trabalho como princípio educativo.
- 3) Explique, com suas palavras, qual a importância da formação política para o trabalho do professor?
- 4) Explique, com suas palavras, como o pacto de direitos civis e políticos pode ser utilizado para proteger a liberdade de cátedra e de opinião política de um professor?
- 5) Como explicar, de forma simples, para um aluno o que é práxis para o materialismo histórico-dialético?
- 6) Por que o professor é considerado um intelectual orgânico para Gramsci?
- 7) Como Paulo Freire explica a necessidade da "criticização da consciência" do professor?



MÓDULO 4 - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA

Neste módulo, buscando compreender o processo de instauração da ditadura civil-militar no Brasil, bem como seu impacto na atividade docente, buscou-se alguns conceitos de Florestan Fernandes, (1920-1995).

Importante ressaltar que, este sociólogo e professor brasileiro também viveu a experiência de ser um docente no Brasil em períodos autoritários, sofrendo o expurgo na educação, por conta do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Segundo CARVALHO (2021): “Em setembro de 1964, em virtude de um inquérito policial-militar (IPM) instaurado na Universidade de São Paulo (USP), Florestan foi convocado para depor e permaneceu preso por alguns dias. Depois de ser preso, aos 48 anos, foi expulso e aposentado compulsoriamente da cadeira de Sociologia da USP, por ser considerado inimigo da pátria.



VÍDEOS - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este quarto módulo sobre a ditadura civil-militar e instauração da autocracia:

Descomplica - Autoritarismo: Entenda tudo! Quer que desenhe

Duração: 5 min: 30 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=tuvObvthUc4>

Desmistificando - O Dia que durou 21 Anos - Documentário Completo

Duração: 1h.17min.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ltawl64zBEo&t=1031s>

Douglasvns. Memórias da Repressão: Abertura dos Arquivos da Ditadura no Paraná (1991)

Duração: 17 min.:10 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-yILa0dirIM>

Hélder Leão. Cidadão Boilesen - Um dos Empresários que Financiou a Tortura no Brasil

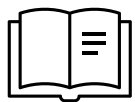
Duração: 1h.:32 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=yGxIA90xXeY>

Parabólica. O que é o imperialismo? (História Ilustrada)

Duração: 3min:53segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=-pJ-D10B6iQ>



TEXTOS - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA

Aqui estão algumas sugestões de textos para este quinto módulo sobre a ditadura civil-militar e instauração da autocracia.

FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

_____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006. Disponível em: https://interpretacoesdobrasil.files.wordpress.com/2016/08/fernandes_a-revoluc3a7c3a3o-burguesa-no-brasil-ed-globo.pdf . Acesso em 26/06/2023.

FICO, CARLOS. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GESTEIRA, Luís. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Ciência plena**. Volume 10. Número 125501. Sergipe. Brasil. 2014. Disponível em: <https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/2062/1097>. Acesso em 27/12/21.

GONÇALVES, N. A escola superior de Guerra e a Lei 5.692/71: Discursos Governamentais e Implementação da Lei no Paraná. In: **Educação na ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná 1964-1985) / Nádia G. Gonçalves, Serlei M.F. Ranzi (organizadoras) – Curitiba: Ed. UFPR, 2012.



PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos**; Tradução Rafael Tatemoto. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.



ATIVIDADES - DITADURA CIVIL-MILITAR E INSTAURAÇÃO DA AUTOCRACIA

- 1) Faça uma pesquisa e construa uma linha do tempo contendo os principais fatos sobre a educação profissional na ditadura civil- militar brasileira.
- 2) Explique, com suas palavras, a relação entre os Estados Unidos e o golpe de 1964.
- 3) Explique com suas palavras a relação entre os empresários brasileiros e o golpe de 1964, relacionando isto ao conceito de ditadura civil-militar.
- 4) Assista o documentário do IFSC “História Recontada: Professor Marcos Cardoso Filho e a Ditadura na Escola Técnica, relacionando os direitos civis e políticos desrespeitados em seu processo.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjI



MÓDULO 5 - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES EM UNIÃO DA VITÓRIA

Neste módulo você será capaz de compreender, por meio de documentos da DOPS (Delegacia de Ordem política e Social), de União da Vitória, como se deu a repressão a professores da EPT na ditadura, sob a perspectiva de uma cidade do interior do país.

Estudar como as DOPS desempenharam este papel na repressão política da ditadura, é fundamental para entender como elas operaram no cerceamento dos direitos básicos dos cidadãos, através da figura do crime de “subversão”. Para isso, utilizou-se aqui, uma documentação da DOPS local sobre o caso de dois professores que lecionam na EPT da cidade de União da Vitória.

O texto a seguir, trata do controle e repressão política, condições que possibilitaram o mapeamento e a neutralização da oposição ao regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil, por meio de um golpe civil-militar.

COERÇÃO E CONTROLE POLÍTICO-IDEOLÓGICO

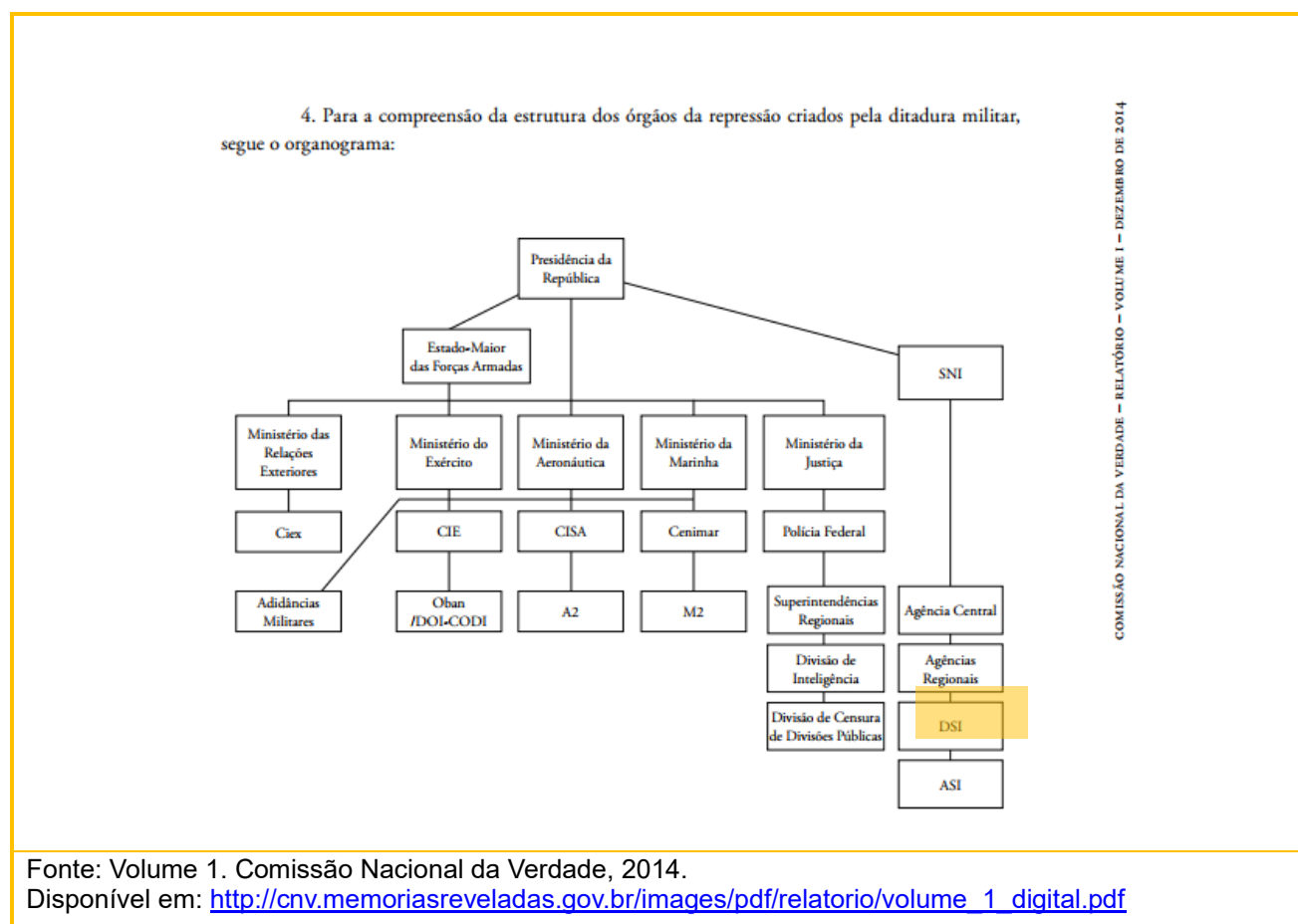
Considerando os diversos estudos sobre a repressão na ditadura civil-militar, FICO (2001), podemos identificar duas categorias importantes de funcionamento: a coerção e o controle político ideológico.

Digno de nota, é a criação, ainda em 1964, pelo General Golbery do Couto e Silva, do Serviço Nacional de Informações (SNI), criando condições do surgimento do que FICO (2004) chamou de “Estado contra povo”.

Veja abaixo documento da Comissão Nacional da Verdade (2014), contendo a estrutura dos órgãos de repressão organizados na ditadura militar.

Observe a conexão entre as forças armadas e os aparatos repressivos das polícias. Além disso, no destaque, pode-se verificar em tal estrutura, onde estavam as agências regionais, as quais pertenciam as DOPS.

Figura 1. Organograma órgãos da repressão – CNV (2014).





Cabe salientar as três faces do regime que se instaurou, que foram apontadas por FERNANDES (1975), a saber: a aparência democrática sustentada por formalismos, uma política econômica de linha-dura e por último, mas não menos importante, seu caráter fascista que visa em último caso neutralizar qualquer possibilidade de protesto e resistência popular.

A manutenção do golpe, demandou a utilização da inteligência contra a oposição, e, no Brasil, ligado diretamente à presidência da república, o Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha entrada tanto nos ministérios militares como nos civis, tendo por função primordial, superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação.

No Paraná, segundo o Arquivo Público Estadual, localizado em Curitiba, o acervo da extinta DOPS, foi recolhido ao Arquivo Público em 1991 (Decreto Estadual 577). Formado por pastas temáticas organizadas, e por fichas de investigação dos cidadãos e movimentos sociais considerados suspeitos, compreende o período de 1937 a 1989, sendo possível verificar a presença de um tema, por meio de palavras chaves, e opcionalmente, pelo ano.

Nos documentos da DOPS de União da Vitória, pôde-se encontrar processos ligados a professores da cidade que foram acusados de subversão. A partir do material coletado, no documento de número 6790, localizado na pasta identificada como BR PRAPPR.PB004.PT663a.74, disponibilizada na pasta do *Google Drive* deste curso, pode-se observar como foi a perseguição aos considerados opositores do regime dentro da educação.

Ao longo do mês de abril de 1964, logo após o golpe que derrubou o presidente constitucional, João Goulart, foram abertos centenas de Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Chefiados em sua maioria por coronéis do exército, tais inquéritos tinham o objetivo de apurar atividades consideradas subversivas, implicando milhares de pessoas e prolongando-se por vários meses.

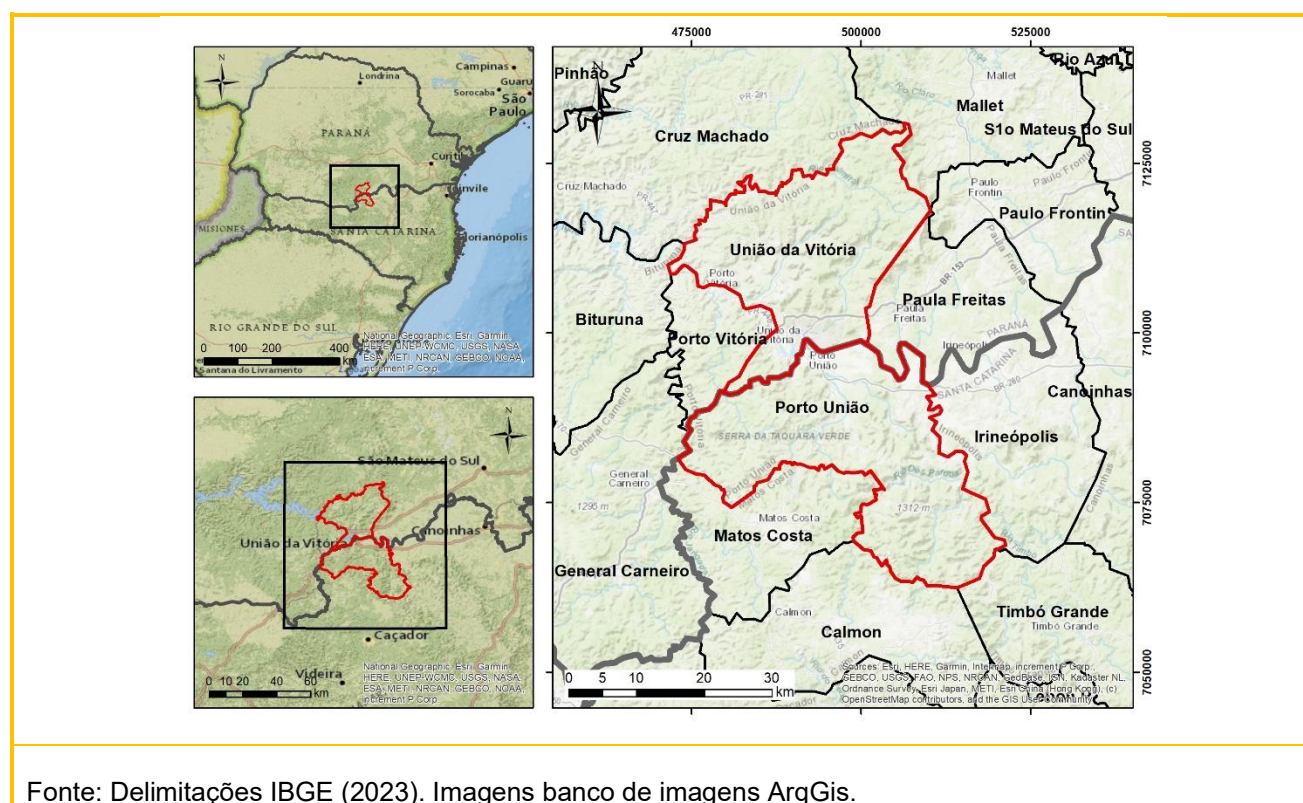
Ao analisar os dados encontrados, é importante caracterizar a cidade onde ficava esta delegacia. Fazer este resgate histórico é fundamental para compreender uma localidade que, desde a descoberta de uma passagem, vau, pelo Rio Iguaçu, facilitou o transporte de sal e gado, tornando-se um ponto de pouso importante, devido a travessia encurtada, LAZIER (1985). Além deste ponto de partida, a cidade tornou-se conhecida também pela

participação e consequências sofridas pela Guerra do Contestado, que nos anos de 1912 a 1916, configurou-se como a maior guerra civil camponesa brasileira. Nas palavras de MONTEIRO (2019, p.68):

O século XX inicia com uma sangrenta luta camponesa pela posse da terra na região do Planalto Norte Catarinense e Sul/Sudeste do Paraná, que levou às armas cerca de 20 mil pessoas gerando um dos mais tristes e lamentáveis episódios da história do país. Entre 1912-1916, a população cabocla que habitava aquela região se rebelou contra os governos estaduais, que promoviam a concentração de terras em benefício dos grandes fazendeiros. A revolta cabocla também se estendeu ao governo federal após a concessão de uma extensa área de terra à empresa multinacional Brazil Railway Company, responsável pela construção de uma estrada de ferro que ligaria São Paulo-Rio Grande. A Guerra do Contestado representou um fenômeno de ordem econômica e política que possibilitou profundas mudanças sociais na região contestada, impactando diretamente na população cabocla.

Por ocasião deste episódio, a antiga Porto União da Vitória, que pertencia ao Paraná, deu origem a duas cidades, as “gêmeas do Iguaçu”: União da Vitória no Paraná e Porto União em Santa Catarina. O município de União da Vitória está inserido no território denominado “Médio Iguaçu”, localizado na porção sul do estado do Paraná, fazendo parte do Vale do Iguaçu.

Fig.1 Mapa de localização de União da Vitória e Porto União em relação a região sul.



Feita a apresentação geral da cidade e de suas características mais marcantes, passa-se agora a apresentar alguns documentos coletados na DOPS local. Veja a seguir, o

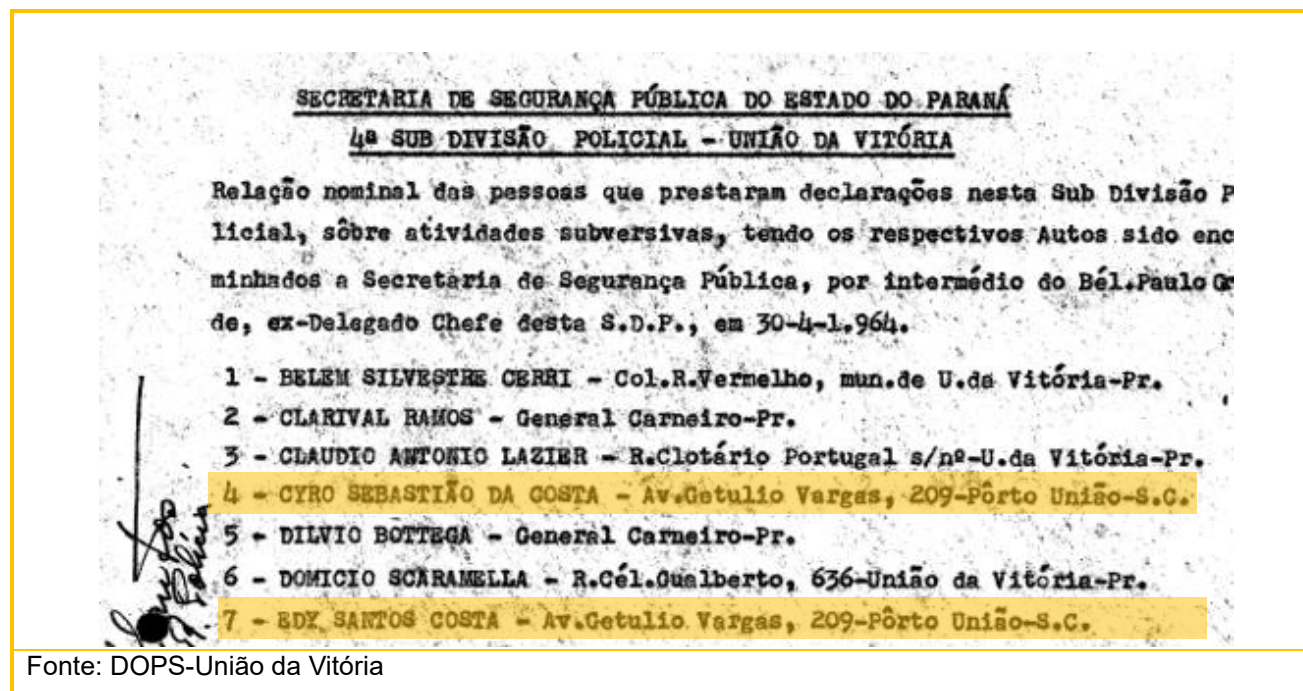
trecho de um documento de 30/4/64. Neste recorte, encontramos o nome de dois professores do Colégio Estadual Túlio de França, que, segundo HORBATIUK (195, p.5):

[...] foi o 1º Ginásio Estadual de União da Vitória e o 1º Colégio de 2º grau. Passou por profundas mudanças com a lei 5692/71, vindo a congregar dois outros tradicionais Colégios: Escola Normal Prof.^a Amazília e Escola Técnica de Comércio Coronel David Carneiro.

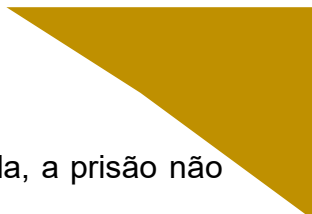
Segundo a mesma autora, os professores, Cyro Costa e Edy Costa trabalharam respectivamente, no colégio, de 1956 a 1984, e, de 1955 a 1970 respectivamente. Importante ressaltar, que, neste Colégio, desde 1971, estão a Escola de Comércio David Carneiro e a Escola Normal Professora Amazília.

Outra informação importante, é que, por conta do processo que aqui está demonstrado, Cyro Costa, ficou preso por um ano, iniciando seu cárcere no dia 29 de abril de 1969. Para nossos estudos aqui, cabe destacar que, o casal de docentes, foi acusado de atividades subversivas, segundo consta no trecho do documento abaixo, encontrado na supracitada pasta da DOPS local.

Fig.2. Documento de 30/04/1964 – Relação nominal dos acusados de atividades subversivas



Nas páginas seguintes, você encontrará trechos dos interrogatórios do professor Cyro Costa, que foi preso por assinar uma lista pedindo a legalização do Partido Comunista Brasileiro, (PCB), no país, e por ter relações pessoais com um outro acusado Hermógenes Lazier, que fazia parte do PCB na época. Sua esposa, professora, Edy Costa, também



assinou a referida lista, e, por isso, foi acusada e interrogada. No caso dela, a prisão não ocorreu.

A campanha pela legalidade do PCB teve início com o objetivo de reverter o cancelamento do registro do partido, decretado em 1947, por irregularidades no estatuto e pelo caráter internacionalista da agremiação, contrariando a tese da liberdade de opinião política, expressa no artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.,

A estratégia da campanha do partido, consistia em mobilizar a opinião pública, articulando apoio de diversos setores da sociedade, pressionando as autoridades para que reconhecessem sua legalidade.

Diversos líderes políticos, intelectuais, sindicalistas e artistas engajaram-se na campanha, defendendo o direito do PCB de existir como um partido político legítimo e de participar do debate político do país. O movimento contou com manifestações públicas, conferências, pronunciamentos e publicações para promover a causa.

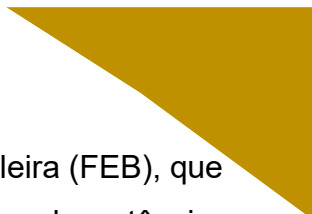
Mesmo com seu caráter abertamente público, após o golpe de 1964, tais assinaturas e apoios, foram utilizados para acusar pessoas do crime de subversão, que consistiria em todo tipo de ações de infiltrações e revoluções, baseadas em uma influência comunista.

Tal diretriz, surgiu em um contexto de Guerra Fria entre as duas potências que emergiram do pós-guerra: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos da América (EUA).

No que tange aos Estados Unidos, país com maior influência sobre o Brasil, neste contexto, julgou-se necessária a implantação de uma Doutrina de Segurança Nacional, mais tarde seguida em seus fundamentos pela Doutrina de Segurança Nacional brasileira. Segundo STEPHAN (2016, p.538), tal doutrina:

[...] surgiu durante a Guerra fria como estratégia geopolítica dos Estados Unidos para conter a expansão do comunismo e a subversão por meio do alinhamento dos Estados, especialmente da América Latina, ao regime liberal-capitalista e à cooperação para a defesa coletiva do continente americano. [...] No Brasil, a introdução de uma ideologia de contenção do comunismo e da subversão, aliada ao histórico autoritário e intervencionista do Estado, culminou no estabelecimento de um Estado de Segurança Nacional, na institucionalização de princípios e práticas repressivas e na violação de direitos fundamentais de cidadãos brasileiros.

No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, (DSND), foi criada e implantada pela Escola Superior de Guerra (ESG), instituída em 1949, sendo fruto da



experiência militar brasileira na 2ª Guerra, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que retornou ao país com a ideia de transformar as forças armadas numa grande potência, seguindo os moldes do Estados Unidos.

Além disso, esta instituição foi criada com o objetivo de desenvolver o país, dirigindo e planejando articuladamente a estes itens, a segurança nacional.

No contexto do golpe civil-militar brasileiro, os Estados Unidos desenvolviam no continente latino-americano, uma estratégia baseada na contrarrevolução, o que os levou a apoiar os militares na quebra do regime democrático no país, como demonstra FICO (2004).

Para BRUZIGUESSI (2014, p.53):

A DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem”.

Importante ressaltar que, dentro deste contexto, em 1964 o Brasil sofreu um golpe civil-militar com relação a estes acontecimentos, FICO (2004), argumenta que, no final de março, houve uma intensificação da atividade conspiratória que envolveu desde oficiais-generais até empresários que já participavam de uma longa campanha de desestabilização do governo, em muito direcionada por entidades ligadas ao setor mais internacionalizado do empresariado brasileiro. Sobre este período e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo, FERNANDES (1975), afirma que a ditadura foi importante para a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista no Brasil.

Nesta dinâmica, para o autor, o capitalismo competitivo, teria fomentado o desenvolvimento econômico, que acabou, “dialeticamente”, impondo a necessidade da ampliação na participação política, o que ele chamou de uma revolução dentro da ordem que, através da atuação das massas, acabaria por romper com o caráter autocrático e dependente do Estado brasileiro.

Abaixo, confira a lista contendo as assinaturas dos professores de União da Vitória.

39

39

Fig.4. Trecho de auto de declaração de Cyro Costa da DOPS de União da Vitória.

SSP - 12


Estado do Paraná
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE UNIÃO DA VITÓRIA - 4ª S.D.P.

Auto de Declarações

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil
novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de União da Vitória
na sala do Cartório da 4ª Sub Divisão Policial - União da Vitória
onde presente se achava o sr. Delegado Chefe, Bél. Paulo Grande
comigo Escrivão de seu cargo, abaixo nomeado e assinado compareceu CYRO SEBASTIÃO
DA COSTA Filho de José Pedro da Costa
e de Évanira Rieseberg Costa
com 33 anos de idade, nacionalidade brasileira
natural de (Município e Estado) Valões - Sta.Catarina
estado civil casado
de profissão Advogado e residente à rua Av. Getulio Vargas nº 209
em Pôrto União - Santa Catarina N.º
sabendo lêr e escrever, o qual perguntado prestou as seguintes declarações:- disse

Fonte: DOPS-União da Vitória

Fig. 5 Trecho de auto de declaração de Cyro Costa da DOPS de União da Vitória.

Que que aproximadamente ha 23 anos o declarante reside na cidade de Pôr
to União - Santa Catarina; que o declarante é professor do Colégio
Estadual "Tulio de França", nesta cidade; que o declarante leciona
naquele Colégio na cadeira de Português; que o declarante não per
tence a nenhum partido politico; que o declarante por diversas ve
zes assistiu na residencia do sr. Hermogenes Lazier umas aulas pro
feridas pelo mesmo, nas quais eram esplanados assuntos tais como:
Reformas de Base, Situação Economica do Pais e outros assuntos de
carater politico social; que o declarante pode afirmar que nas au
las de Lazier também sempre estavam presentes Zenóbio Karpovicz,
Reinaldo Lazier e uma parente de Hermogenes a qual o declarante não
recorda o nome; que o declarante jamais participou de reuniões poli
ticas em sua chácara, localizada no lugar denominado Rio D-Áreia,
porem sárta vez sedeu a mesma a Hermogenes Lazier para que éste fi
zesse uma churrascada naquele local; que o declarante não compare
ceu a aludida churrascada, alegando a Hermogenes motivo de viagem;

Fonte: DOPS-União da Vitória



Por ordem de declarações prestadas, temos as palavras do professor de português, do Colégio Túlio de França, Cyro Costa, que foi interrogado no dia 30 de abril de 1964. Fica claro em seu depoimento que, o docente está sendo violado em seu direito de discutir política e se posicionar, tendo que explicar suas conversas com Hermógenes Lazier e o empréstimo de sua chácara para alguém acusado de comunismo. As perguntas respondidas pelo professor, violam os direitos humanos, dentre os artigos desta declaração, podemos citar o 19 que afirma que:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Veja agora como Cyro Costa foi exposto na sua atividade de docente no Colégio Túlio de França, segundo seu próprio depoimento para a reportagem da Alesc no ano de 2015, intitulada: Cyro Sebastião da Costa e a perda da liberdade política:

Sofri tortura psicológica”, admitiu Cyro. “Foram quatro anos nessa tortura, fui umas 12 vezes ao 5º BE, duas para depor e as outras para ouvir as testemunhas. Ao chegar, geralmente às 8 horas da manhã, era levado para uma casinha de madeira que havia nos fundos do quartel, isolada da rotina da caserna. [...] Ficava trancado lá até as 17, 18 horas, sem comer, nem tinha fome, depois me conduziam para ser interrogado ou para acompanhar outros interrogatórios. [...] Até para entregar um ofício convocando para ir ao quartel, faziam-no com um caminhão de transporte de tropas. Eles chegavam ao colégio (Tulio de França) de QT, o caminhão parava, mas permanecia com o motor ligado. O tenente saía com o ofício e os soldados desciam e rodeavam o prédio. Era um acontecimento para a criançada, ironizou.

Cyro Costa foi condenado a um ano de prisão no dia 29 de abril de 1969, junto com Hermógenes Lazier e Zenóbio Karpowicz, todos acusados de tentar colocar em funcionamento o PCB, devido aos encontros que tinham para discutir política e as assinaturas na lista de campanha de legalização do partido. Sobre este período, ele declara na mesma reportagem que:

O julgamento foi a toque de corneta, ‘os senhores considerem-se presos, guardas conduzam os réus para o presídio’. Não levou uma hora estávamos no Ahú. A quarta galeria era uma barbaridade, mas eu e o Hermógenes ficamos junto com os estudantes de Ibiúna”, recordou o professor, referindo-se aos estudantes presos por ocasião do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, interior de São Paulo. “Tinha 28 colchões”, revelou [...] O Karpowicz foi julgado à revelia, o filho havia morrido, mas depois se apresentou e também foi mandado para o Ahú.

Buscando ficar mais próximo da família, Cyro Costa, por meio de sua esposa, conseguiu uma transferência para Porto União, com a ajuda de um professor do mesmo Colégio que trabalhava.

Lembrei então que tinha um batalhão da polícia de Santa Catarina, o comandante era professor no Tulio de França, capitão (Egon Thomaz José) Peressoni. Disse para

a Edy, 'vai lá e fale com o Peressoni, quem sabe ele me arruma'. A Edy foi e contou a história, ele disse na hora "aceitamos ele como prisioneiro". Foi um achado, fiquei três meses e dez dias no Ahú, depois vim para Porto União.

Confira abaixo a argumentação dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF), em 4 de agosto de 1965, sobre outro caso que versava sobre o mesmo caso de assinaturas, pedindo a legalização do PCB. Tais documentos constam da apelação de outro réu na ação de União da Vitória, Hermógenes Lazier, ao Superior Tribunal Militar (STM), em 22 de maio de 1969.

Fig.6 Voto do Ministro relator Villas Boas sobre participação em campanha de legalização do PCB.

Em seu voto acolhido por todos os pares, /
o Ministro Vilas Boas, como relator, sentenciou:

*Sr. Presidente, concedo o habeas corpus, por falta de /
justa causa.*
*Trata-se de imputação aos pa-
cientes de terem tido opinião
mas não se indicam atos con-
cretos de subversão contra o
Estado.*
*Eles seriam a favor da legali-
zação do Partido Comunista.*
*Isto é uma opinião. Ninguém po-
de ser punido nesta República,
por ter opinião.*
*Assim, concedo a ordem por fal-
ta de justa causa.*
(fls.436,op.cit.)

Fonte: Processo de apelação de Hermógenes Lazier ao Superior Tribunal Militar (STM) por ocasião da condenação pelo IPM de nº 239; p. 212.

Fig.7 Voto do Ministro relator Villas Boas sobre participação em campanha de legalização do PCB.

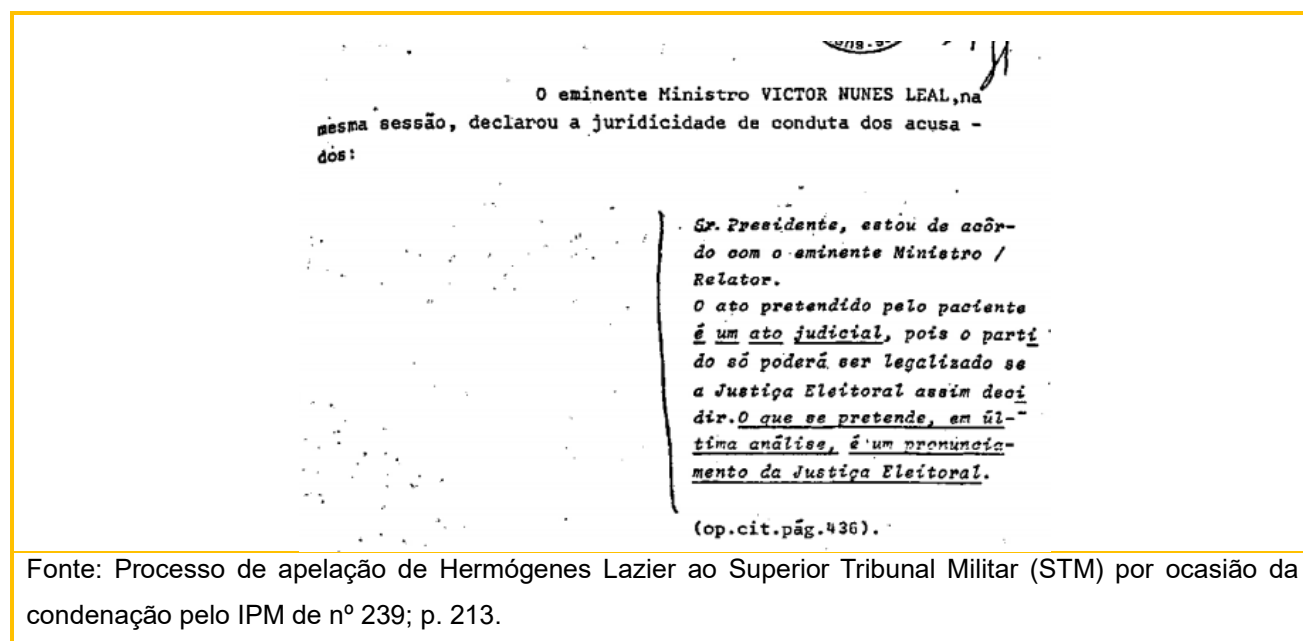
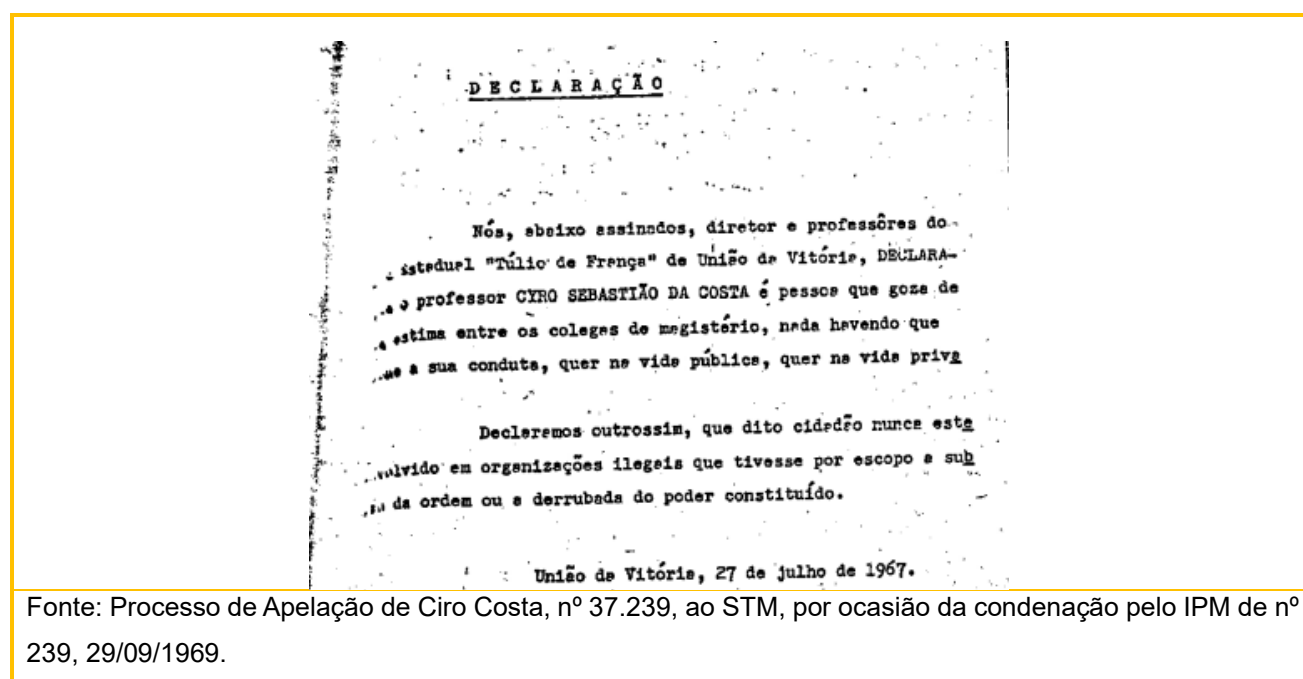


Fig.8 Cyro Sebastião da Costa e Edy Costa (no quadro)



Nem só de denúncias viveu-se nesta época, tivemos também bons exemplos de solidariedade aos perseguidos políticos docentes. No documento abaixo, encontramos um trecho de um abaixo assinado feito pelos colegas professores de Cyro Costa, atestando a sua boa conduta e visando auxiliá-lo em seu pedido de extinção de sua pena. Cabe ressaltar que sua demanda foi negada pelo STM, mesmo assim fica o registro de fraternidade entre os professores neste momento tão autoritário.

Fig. 9. Declaração de estima dos colegas de Cyro Costa do Colégio Túlio de França. 27/07/1967



O próximo caso que acompanharemos, é o da professora Edy Costa, companheira de Cyro e acusada também de atividades subversivas na mesma documentação encontrada.

Edy Costa, foi uma das primeiras mulheres a concluir o curso de Filosofia na Universidade Federal do Paraná, em 1954. Lecionou no Colégio Túlio de França e na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFI), onde fez parte do colegiado de pedagogia. Era titular da cadeira de História da Filosofia e chefe do Departamento de História, além de, na década de 1970 ter se formado em Psicologia.

Teve seu marido preso por perseguição político- ideológica da ditadura e precisou criar seus filhos pequenos com todas estas dificuldades. Sobre esta professora, segundo o depoimento do ex-aluno e colega de magistério na faculdade, o tenente Severino Brancalone, em entrevista para a reportagem supracitada da Alesc:

[...]lecionava Filosofia e se envolvia com os filósofos, tinha muitos livros de Marx, de Lênin, mas o interesse era acadêmico" [...] ela tinha autoridade intelectual, era respeitada, uma pessoa de postura. Nunca comentou sobre o marido. A Edy não era comunista, ela conhecia as teorias", garantiu o ex-agente da S2 do 5º BE.

Interrogada pela DOPS de União da Vitória, a professora defendeu sua liberdade de cátedra segundo demonstrado no documento abaixo:

Fig. 10.Trecho de auto de declaração de Edy Costa da DOPS de União da Vitória.

SSP - 12


Estado do Paraná
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE UNIÃO DA VITÓRIA - 4ª S.D.P.

Auto de Declarações

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil
novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de União da Vitória
na sala do Cartório da 4ª Sub Divisão Policial - União da Vitória
onde presente se achava o sr. Delegado Chefe, Bél. Paulo Grande
comigo Escrivão de seu cargo, abaixo nomeado e assinado compareceu EDY SANTOS DA COSTA
TÁ Filho de Arthur Joslin Santos
e de Jasmina Edith Wolf Santos
com 31 anos de idade, nacionalidade brasileira
natural de (Município e Estado) Pôrto União-Sta.Catarina
estado civil casada
de profissão Professôra e residente à rua Getulio Vargas s/nº em
Pôrto União-Sta.Catarina N.º
sabendo lê e escrever, o qual perguntado prestou as seguintes declarações:- disse

Fonte: DOPS União da Vitória

Fig. 10. Trecho de auto de declaração de Edy Costa da DOPS de União da Vitória

Que a declarante é professora no Colégio Estadual "Tulio de França" e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras desta cidade; que a declarante não pertence e não tem simpatia por nenhum Partido político; que a declarante conhece o sr. Hermogenes Lazier, sabendo que o mesmo é correspondente do Jornal "Ultima Hora" e que este conhecimento se deu em virtude do referido elemento ter tomado parte em uma questão havida no Colégio "Tulio de França" entre dois grupos de professoras, ocasião em que Hermogenes Lazier encaminhou ao referido Jornal alguns artigos referentes a aludida questão; que a declarante pode afirmar que Hermogenes Lazier é comunista; que de quando em vez Hermogenes Lazier comparecia a casa da declarante a fim de fazer entrega do Jornal "Novos Rumos" e esporadicamente uma visita social acompanhado de sua família; que em raras ocasiões o esposo da declarante recebeu em sua residência os senhores Hermogenes Lazier, Zenobio Karpovitz e Reinaldo Lazier, quando eram trocadas idéias sobre diversos assuntos de natureza política e social; que a declarante

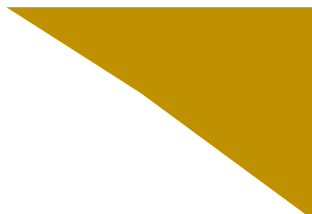
31

Fonte: DOPS União da Vitória

Fig. 11. Trecho de auto de declaração de Edy Costa da DOPS de União da Vitória

sendo proprietária de uma chacara localizada no lugar denominado Rio D'Areia, sedeu-a em certa ocasião a Hermogenes Lazier para que o mesmo, juntamente com sua família, ali passasse alguns dias; que posteriormente a declarante voltou a sêder a mencionada chacara a Hermogenes Lazier a fim de ali ser feita uma churrascada; que por ocasião desta churrascada a declarante se encontrava na cidade de Francisco Beltrão em visita a parentes, sabendo entretanto que seu esposo não compareceu a aludida reunião; que a declarante em suas aulas tendo oportunidade garantida por lei poderia fazer pregações comunistas pois o assunto faz parte da materia que a mesma leciona que é História da Filosofia e que muitas vezes sendo até convidada a fazer conferencias de cunho nacionalista negou-se e que em nove anos de magistério a declarante, fez pregação aberta contra o materialismo, chegando mesmo a ter atritos com alguns colegas seus em virtude de seu ponto de vista exclusivamente espiritualista; que a declarante, em época que não se recorda, foi procurada pelo sr. Hermogenes Lazier que apresentou a declarante uma lista, a quella tinha a finalidade de angariar assinaturas para o pedido de legalização do Partido Comunista Brasileiro; que a declarante realmente assinou a referida lista em virtude do sr. Hermogenes Lazier ter-lhe garantido que as demais pessoas que também haviam assinado tal lista não eram simpatizantes do Comunismo; E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade dar por encerrada a presente declaração, que, lida e achada conforme vai devidamente assinada. Eu, João Carlos Ciola, Escrivão de Polícia que o datilografei e subscrevo.

Fonte: DOPS União da Vitória



Os documentos aqui apresentados, testemunham um período de perseguição política- ideológica contra professores no Brasil, e a educação profissional não ficou de fora deste sistema repressivo montado na ditadura civil-militar. Além disso, segundo MOTTA (2014), o retrocesso para a produção científica no país foi significativo. Para o autor, também não se pode deixar de falar dos estudantes, que em número muito maior, foram perseguidos, prejudicando imensamente seu desenvolvimento enquanto cidadãos e futuros pesquisadores.

Com professores e alunos, expulsos, torturados, mortos e desaparecidos, o ambiente escolar foi intensamente afetado naquele momento pelo incentivo de delações que poderiam ter por consequência, perseguições, repressões, mortes, prisões e expulsões.

Com o auxílio deste aparato repressivo cada vez mais organizado, OLIVEIRA (2003), afirma que a ditadura, teve por consequência econômica, a aceleração da acumulação capitalista, aliada a uma condição de superexploração da classe trabalhadora, somente possibilitada por um regime ditatorial, tipo de fascismo, que combinou expansão econômica com repressão política.

Outro ponto importante para reflexão, é que o professor não é um profissional que precisa desenvolver competências somente. Precisa também compreender como é perseguido ao desempenhar seu papel de formar cidadãos, de ser cidadão, e porque isso acontece em um país com as características do Brasil.

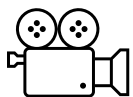
Os casos aqui apresentados tiveram por objetivo exemplificar o que acontece quando projetos políticos e pedagógicos autoritários são instaurados, e como a educação é uma das primeiras vítimas, devido a perseguição sofrida por aqueles que se opõe a tal estado de coisas.

É preciso formar os docentes para que não separem a educação profissional da política. Afinal a superexploração dos trabalhadores foi possibilitada, com consequências nefastas, através da instauração da ditadura.

Os julgamentos e as prisões, foram autoritários, baseados em atitudes ilegais do governo, em clara afronta aos direitos humanos mais básicos. Mesmo assim o ar de legalidade criado em seu entorno, manteve parte da população sem entender o que acontecia, ou assustada demais com a repressão para conseguir reagir.



Considerando as condições atuais em que vivemos, vamos refletir no próximo módulo, sobre a tentativa de reatualizar uma perseguição ideológica aos professores críticos e progressistas. Trata-se do Projeto Escola sem Partido, e é sobre ele que trataremos no capítulo final deste curso, trazendo nossa reflexão aos dias de hoje.



VÍDEOS - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este quinto módulo sobre a repressão política a professores de União da Vitória:

TV Brasil. Caminhos da Reportagem | Contestado: Uma Guerra Esquecida

Duração: 52min: 05 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=vzOCG6i4i44&t=242s>

UNIVESP. Educação na Ditadura: A Marca da Repressão (1/2)

Duração: 09 min: 25 segs)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=YqDgaGNDads>

UNIVESP. UNIVESP. Educação na Ditadura: A Marca da Repressão (2/2)

Duração: 09min: 31 segs)

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=C6m7EYMZ27A>

UNIVESP.1964 - Seminários | Aparato repressivo do regime militar - Carlos Fico

Duração: 26min:12segs

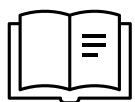
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=RvDG3vKMml0>



UNIVESP. SNI – Serviço Nacional de Informações.

Duração: 5 min: 42 segs.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=jKMtgiiyUw8>



TEXTOS - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA

Aqui estão algumas sugestões de textos para este sexto módulo sobre a repressão política a professores de União da Vitória:

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos** / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

BRUZIGUESSI. "Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo." **Revista Sul-Americana de Ciência Política** 2.1 (2014): 47-64. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/3311> . Acesso em 26/06/2023.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGTH. Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth, Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/769>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

FICO, C. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record. 2001.

LAZIER, Hermógenes. Origem de Porto União da Vitória. Porto União. Santa Catarina. 1985.

MELO, D. Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural, Ano XIII, Nº

27, 2º Semestre 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em 01/12/2022.

SILVA, Marcília Gama. O DOPS-PE E A REDE DE INFORMAÇÕES: OLHOS E OUVIDOS A SERVIÇO DA REPRESSÃO NO PERÍODO DE 1964-198. Diálogos, Brasília - DF, v.15, p. 267-292. Maio-ago. 2011. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwizn7nnmun_AhXtrZUCHTKKB5gQFnoECBwQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uem.br%2Ffojs%2Findex.php%2FDialogos%2Farticle%2Fview%2F36199&usg=AOvVaw2CPcETiVwPxWQk8l6O8g-H&opi=89978449 . Acesso em 29/06/2023.

STEPHAN. C. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). I Seminário Internacional de Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/50544/31591>. Acesso em: 19/11/2022.

Tribunal Superior Eleitoral. **Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro> . Acesso em 29/06/2023.



ATIVIDADES - REPRESSÃO POLÍTICA A PROFESSORES DE UNIÃO DA VITÓRIA

- 1) Leia o decreto 477 de 1969 e identifique três itens que represente a repressão política expressa na legislação em questão.
- 2) Assista o documentário sobre a repressão política vivida pelo Professor Marcos Cardoso Filho na página do IFSC:
Link: https://www.youtube.com/watch?v=6ExVQd_NHjl .
- 3) Identifique na repressão desferida contra o professor Marcos, elementos que representem a ideologia anticomunista e a atuação repressiva contra os professores.
- 4) Leia a declaração dos direitos humanos e o Pacto de direitos civis e políticos, identificando pontos de violação no caso do professor Marcos Cardoso Filho.



MÓDULO 6 - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

Neste módulo, você será capaz de compreender o Projeto Escola sem Partido (PESP). Segundo GOMES, (2018, p.6), o programa foi idealizado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, ex-articulista do think tank¹, neoliberal Millenium, CASIMIRO (2018), e notório seguidor das ideias do ultraconservador e ideólogo da extrema-direita, Olavo de Carvalho, como aponta FREITAS (2018).

Para este procurador, o Programa Escola sem Partido (PESP) “parte de uma ação de pais e estudantes apreensivos com a contaminação político-ideológico nas escolas de todo Brasil desde o ensino infantil ao ensino superior²”.

Acusando os docentes de utilizarem a audiência cativa dos estudantes para fazer “propaganda política”, os defensores de tal projeto, alegam que temas como a ditadura civil-militar instaurada em 1964, questões relacionadas a gênero e diversidade, dentre outros relacionados às contradições sociais e políticas brasileiras, são utilizados por “militantes disfarçados de professores”, que precisam ser vigiados, denunciados e punidos pelos alunos e comunidade.

Tal posicionamento expressa um projeto pedagógico reacionário, cujo desejo de controle político -ideológico nas salas de aula do país, relembram a coerção e controle exercidos na ditadura civil-militar e, por isso mesmo, precisa ser compreendido para que se possa resistir a tal ataque a liberdade de aprender e ensinar.

¹ Para RIBEIRO (2021, p. 1), Think tanks são: “institutos públicos ou privados que objetivam influenciar a opinião pública e até políticas públicas em diversas áreas como educação, política, meio ambiente, saúde, segurança pública.

² ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação, 2014-2017. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/> . Acesso em: 4 jul. 2022.

Sobre os objetivos do Projetos Escola sem Partido, FRIGOTTO (2017, p.2) afirma que:

[...] aquilo que está subjacente ao ideário do Escola sem Partido é seu sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade.

Importante ressaltar que, mesmo depois da decisão do STF sobre a inconstitucionalidade de ao menos 10 leis municipais e estaduais inspiradas no movimento, o estado de Santa Catarina, aguarda a análise, em 2023, do Ministério Público sobre um projeto de igual teor que se tenta implantar nas escolas.

A respeito da "neutralidade" pretendida por tal movimento, vale lembrar as palavras de Paulo Freire (2011), em seu livro Pedagogia da Autonomia: "Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação". Do ponto de vista reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser neutra.

Por fim, cabe ressaltar que os regimes autoritários não se instauram de uma hora para outra, mas sim, progridem com o aumento da violência política, mediante a banalização e legitimação de um discurso violento que culminam com a adoção de políticas autoritárias.

É preciso compreender melhor como os professores desenvolveram e desenvolvem formas de resistência em períodos tão adversos a liberdade de aprender e ensinar. A proposta aqui apresentada, justifica-se pelo fato de que é apenas pela compreensão e vivência do estado democrático de direito, bem como das lutas travadas para defendê-lo, que poderemos caminhar, rumo a uma formação educativa omnilateral, que abarque todos os aspectos de uma formação humana significativa e cidadã.

Além disso, sem saber como tais projetos atacam seus direitos, os docentes não têm como reagir aos sinais de tentativas de instauração de projetos com este teor.

É preciso estar atento e forte, já dizia a música cantada por Gal Costa. A ditadura não se instala de uma só vez, é preciso um "clima", uma autorização social para que ela funcione.

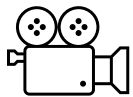
Com o estudo da ditadura civil-militar, compreendeu-se que os primeiros criminalizados em um regime ditatorial são os críticos, os divergentes, dentre eles, os



professores críticos. Estes precisam ser silenciados, para que a impressão dada seja de conformidade com o regime implantado.

Ao finalizar este curso, fiquemos com a reflexão, ainda atual de Theodor Adorno (1903-1969). Para o filósofo, sociólogo e musicólogo alemão, toda prática educativa contém uma dimensão política.

Tendo presenciado o ascenso do regime nazista na Alemanha, ele preocupou-se, principalmente com as condições que proporcionaram o surgimento de tal regime totalitário. Observando e problematizando o horror nazista, materializado no campo de concentração de Auschwitz, o sociólogo alertou que era fundamental que, se “elabore o passado, critique-se o presente prejudicado, evitando que este perdure e assim se repita.” ADORNO (1995, p. 4).



VÍDEOS - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

Aqui estão algumas sugestões de vídeos para este sexto módulo sobre o Projeto Escola sem Partido:

Jornalistas Livres. “Cala a boca não! Pela pluralidade de ideias e concepções pedagógicas.”

Duração: 08 min:40 segs

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=3FuGj0yx6U8>

Fernando de Araújo Penna. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 1 (Fernando Penna)

Duração: 15 min: 53 segs

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=b3Tily77844>

Fernando de Araújo Penna. Escola sem Partido como Chave de Leitura Pt. 2 (Fernando Penna)

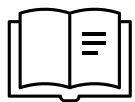
Duração: 15min:26 segs.

Link https://www.youtube.com/watch?v=hipkLleDA_o

Violência política nas escolas

Duração: 1h.24:min.52segs.

Link <https://www.youtube.com/watch?v=QGOC4e6SRzE>



TEXTOS - PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

Aqui estão algumas sugestões de textos para este sexto módulo sobre o Projeto Escola sem Partido:

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola sem Partido: STF declara inconstitucional por 9 a 1. Disponível em: <http://fepesp.org.br/noticia/escola-sem-partido-stf-declara-inconstitucional-por-9-a-1/>. Acesso em: 30/07/2022.

FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

HERMIDA, J. F.; LIRA, J. de S. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. Roteiro, Santa Catarina, v. 45, p. 1–32, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23216>. Acesso em: 4 jul. 2022.

SILVA, M. G. da. (2019). O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar. Germinal: Marxismo E educação Em Debate, 10(3), 169–175. <https://doi.org/10.9771/gmed.v10i3.28612>. Acesso em 19/11/2022.

ATIVIDADE FINAL

Como avaliação final para este curso, sugere-se a produção de um texto em que o docente reflita sobre a importância da defesa do estado democrático de direito para uma educação profissional crítica e de qualidade, utilizando para isso como exemplo de repressão a docentes, os casos aqui estudados, bem como a tentativa de atualização da repressão com o Projeto Escola sem Partido.

REFERÊNCIAS

ALESC. Ciro Sebastião da Costa e a perda da liberdade política. Foto Carlos Kilian. 29/01/2015. Disponível em:
<https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/especiais/reportagens/ciro-sebastiao-da-costa-e-a-perda-da-liberdade-politica>

BRUZIGUESSI, B.. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 47-64, 10 nov. 2021. Disponível em:
<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Sul/article/view/157> . Acesso em 30/06/2023.

CARVALHO, K. Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes. R. Katál., Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 109-118, jan./abr. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/c95gcNByGWwWTFmH8nQRtnc/> . Acesso em 28/04/2023.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. **Educação & Sociedade**. 2006; 27:911-34. Disponível em:
https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.scielo.br/j/es/a/T6jddTXTVjNSzR5mxB6v7cB/&hl=en&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=14092948358988337567&ei=BduZZOG8EuiKy9YP7e2P8Aw&scisig=AGIGAw_dZpSvRnXs83n5eUoaWu2q . Acesso em 26/06/2023.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FICO, CARLOS. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

FICO, C. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, L. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOMES, Matheus Henrique Rodrigues. **O programa escola sem partido e sua implicação na profissão docente**. 2018. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 20. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24389?locale=es> . Acesso em 30/06/2023.

HORBATIUK, F. **Registrando a história. Colégio Estadual Túlio de França, 1945-1995**. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória. Coleção Vale do Iguaçu nº 73. União da Vitória. 1ª edição. 1995

MONTEIRO, F. (2019). A guerra do contestado: fé, coragem e resistência frente ao coronelismo e à lógica capitalista. **Geographia Opportuno Tempore**, 5(3), 67–76. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/got.2019.v5.37413>. Acesso em 29/06/2023.



MOTTA, R. **As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo. São Paulo. 2003.

RIBEIRO, L. A rede de think tanks (neo)liberais: entre a persuasão e o avanço do neoconservadorismo no Brasil. XIV **Encontro Nacional de PósGraduação e pesquisa em Geografia**, Evento Online, Brasil, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA155_ID226219112021174753.pdf. Acesso em: 01/12/2022.

